

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTA NÚMERO — 20\$00

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.*

*O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.*

## ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País ... ..	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa... ..	1 500\$00	800\$00
Para outros países ... ..	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO por cada duas páginas ... ..	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.*

*Os que o forem depois da data finda ficarão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.*

## SUMÁRIO

### GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO:

#### Rectificação:

Ao Decreto n.º 91/83, publicado no *Boletim Oficial* n.º 44/83.

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

#### Portaria n.º 34/84:

Procede à distribuição de verbas do capítulo 30.º, atribuídas pelo orçamento geral do Estado à Inspeção-Geral do MEC.

#### Portaria n.º 35/84:

Procede à distribuição de verbas do capítulo 4.º, artigo 35.º n.º 2 — comunicações — atribuída à Divisão do Equipamento e Material Escolar do orçamento vigente.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

#### Despacho:

Designando o Juiz-Conselheiro Dr. Óscar Alexandre Silva Gomes para integrar o Conselho Administrativo do Cofre Geral dos Tribunais.

#### Despacho:

Designando o Camarada Pedro da Luz Monteiro, Director de Gabinete do Ministro da Justiça, para em acumulação com estas funções, desempenhar as de **Director do Cofre Geral de Justiça.**

#### Despacho:

Designando o Notário e o Conservador da Praia para substituírem o Chefe da Repartição dos Registos e o Chefe da Repartição Técnica, Administrativa e Financeira, no Conselho Administrativo do Chefe dos Registos e Notariado.

### Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública.

### Ministério do Interior:

Direcção-Geral da Administração Interna.

Anúncios judiciais e outros.

NOTA — No dia 24 de Maio p.p. foi publicado um Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 20/84, com o seguinte sumário:

### PRESIDENCIA DA REPÚBLICA:

#### Decreto Presidencial n.º 1/84:

Nomeia o Camarada Corentino Virgílio Santos para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Embaixador e Chefe da Missão Permanente da República de Cabo Verde na Organização das Nações Unidas.

#### Decreto Presidencial n.º 2/84:

Dá por finda a comissão de serviço do Camarada Amaro Alexandre da Luz, como Embaixador e Chefe da Missão Permanente da República de Cabo Verde na Organização das Nações Unidas.

### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Decreto n.º 46/84:

Cria mais lugares no quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Interna.

**Decreto n.º 47/84:**  
 Nomeia o Camarada Amaro Alexandre da Luz no cargo de Governador do Banco de Cabo Verde.  
**Decreto n.º 48/84:**  
 Exonera o Camarada Corentino Virgílio Santos do cargo de Governador do Banco de Cabo Verde.

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

Secretaria-Geral do Governo

**RECTIFICAÇÃO**

Por ter saído inexacto o quadro de pessoal das secretarias das Comissões de Litígios de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 91/83, de 29 de Outubro, publicado no *Boletim Oficial* n.º 44/83, rectifica-se o seguinte:

Onde se lê:  
 1 Secretário ... .. I  
 Deve-se ler:  
 2 Secretários ... .. I

Secretaria-Geral do Governo, 23 de Maio de 1984. —  
 O Secretário-Geral, *João de Deus Maximiano*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 E CULTURA**

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 34/84  
 de 2 de Junho

Sendo necessário distribuir pelos vários concelhos as verbas inscritas no capítulo 30.º do Orçamento Geral do Estado;

Sob proposta da Inspeção Geral do Ministério de Educação e Cultura;

Ouvida a Secretaria de Estado das Finanças;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Educação e Cultura, o seguinte:

1.º As verbas do capítulo 30.º atribuídas pelo orçamento vigente à Inspeção-Geral do Ministério da Educação e Cultura, são distribuídas como consta do mapa anexo, que baixa assinado pelo inspector-geral e faz parte integrante desta portaria.

2.º As Repartições de Finanças Concelhias ficam autorizadas, mediante apresentação dos competentes justificativos e cumpridas as formalidades legais, a proceder à liquidação e pagamento das despesas efectuadas por conta das verbas distribuídas.

Ministério da Educação e Cultura, 2 de Junho de 1984. — O Ministro, *José Eduardo de Figueiredo Araújo*.

**Inspeção-Geral do Ministério da Educação e Cultura**  
**Mapa a que se refere a Portaria n.º 34/84 de 2 de Junho**

	Deslocações 213.º	Remuneração por serviços auxiliares 211.º	Equipamentos de secretaria 214.º-2	Combustíveis e lubrificantes 215.º-2	Consumo de secretaria 215.º-1	Conservação e aproveita- mento de bens 216.º	Encargos próprios com as instalações 217.º-1	Locação de bens 217.º-2	Comunicações 217.º-3	Material de Educação Cultura e Recreio 214.º-1
Quantia orçamentada ... ..	200 000\$00	1 164 000\$00	100 000\$00	500 000\$00	500 000\$00	500 000\$00	600 000\$00	2 000 000\$00	300 000\$00	100 000\$00
10 % cativos ... ..	20 000\$00	115 400\$00	10 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	200 000\$00	30 000\$00	10 000\$00
Saldo a utilizar ... ..	180 000\$00	1 047 600\$00	90 000\$00	450 000\$00	450 000\$00	450 000\$00	540 000\$00	1 800 000\$00	270 000\$00	90 000\$00
Inspeção-Geral ... ..	180 000\$00	—	41 000\$00	145 000\$00	195 000\$00	225 000\$00	230 000\$00	428 770\$00	90 000\$00	90 000\$00
Delegação de Inspeção Escolar da Praia ... ..	—	405 200\$00	10 000\$00	30 000\$00	30 000\$00	15 000\$00	50 000\$00	300 000\$00	6 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar de S. Vicente ... ..	—	250 000\$00	15 000\$00	30 000\$00	40 000\$00	25 000\$00	110 000\$00	90 000\$00	50 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar de Píraiafal ... ..	—	50 000\$00	3 000\$00	20 000\$00	20 000\$00	15 000\$00	15 000\$00	100 000\$00	25 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar de St.ª Catarina ... ..	—	50 000\$00	3 000\$00	25 000\$00	20 000\$00	20 000\$00	15 000\$00	300 000\$00	4 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar de Santa Cruz ... ..	—	40 000\$00	2 000\$00	20 000\$00	15 000\$00	15 000\$00	10 000\$00	77 400\$00	5 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar do Maio ... ..	—	18 000\$00	1 000\$00	—	10 000\$00	5 000\$00	10 000\$00	54 000\$00	5 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar do Fogo ... ..	—	52 000\$00	3 000\$00	40 000\$00	20 000\$00	20 000\$00	20 000\$00	120 000\$00	13 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar da Brava ... ..	—	18 000\$00	1 000\$00	20 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	6 000\$00	13 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar do Sal ... ..	—	30 000\$00	1 000\$00	15 000\$00	10 000\$00	15 000\$00	10 000\$00	56 000\$00	12 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar da Boa Vista ... ..	—	26 400\$00	1 000\$00	15 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	—	13 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar de Rib. Grande ... ..	—	40 000\$00	3 000\$00	30 000\$00	25 000\$00	25 000\$00	20 000\$00	200 640\$00	15 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar do Paúl ... ..	—	24 000\$00	1 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	10 000\$00	10 200\$00	12 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar do Porto Novo ... ..	—	24 000\$00	3 000\$00	30 000\$00	20 000\$00	25 000\$00	10 000\$00	41 150\$00	15 000\$00	—
Delegação de Inspeção Escolar de S. Nicolau ... ..	—	20 000\$00	2 000\$00	20 000\$00	15 000\$00	15 000\$00	10 000\$00	15 840\$00	12 000\$00	—

**Portaria n.º 35/84**

de 2 de Junho

Tornando-se necessário proceder à distribuição da verba do capítulo 4.º, artigo 35.º, n.º 2 — Comunicações — atribuída à Divisão do Equipamento e Material Escolar do orçamento do corrente ano;

Sob proposta da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura e ouvida previamente a Secretaria de Estado das Finanças

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Educação e Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º A verba do capítulo 4.º, artigo 35.º, n.º 2 da Divisão do Equipamento e Material Escolar é distribuída da forma seguinte:

Dotação orçamental ...	600 000\$00
Dedução dos 10% ...	60 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	540 000\$00
Divisão do Equipamento e Material Escolar	440 000\$00
Direcção Regional de Educação e Cultura	
(S. Vicente) ... ..	65 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar da Ribeira Grande ... ..	5 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar do Porto Novo ... ..	5 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar do Paúl	3 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar de S. Nicolau ... ..	5 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar do Sal ...	3 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar da Boa Vista ... ..	3 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar do Maio	3 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar do Fogo	5 000\$00
Delegação da Inspeção Escolar da Brava	3 000\$00
<hr/>	
	540 000\$00

Art. 2.º As repartições concelhias ficam autorizadas a proceder à liquidação provisória e pagamento das despesas que forem efectuadas em conta da verba distribuída mediante a apresentação dos competentes justificativos.

Ministério da Educação e Cultura, 2 de Junho de 1984. — O Ministro, *José Eduardo Araújo*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Gabinete do Ministro**

**Despacho**

Nos termos do artigo 14.º, alínea c) do Regulamento do Cofre Geral de Justiça, aprovado pelo Decreto n.º 37/84, de 14 de Abril, determino o seguinte:

É designado o Juiz-Conselheiro Dr. Óscar Alexandre Silva Gomes para integrar o Conselho Administrativo do Cofre Geral dos Tribunais.

Ministério da Justiça, 24 de Abril de 1984. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**Despacho**

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Cofre Geral de Justiça, aprovado pelo Decreto n.º 37/84, de 14 de Abril, determino o seguinte:

É designado o Camarada Pedro da Luz Monteiro, Director de Gabinete do Ministro da Justiça, para em acumulação com estas funções, desempenhar as de Director do Cofre Geral de Justiça.

Ministério da Justiça, 24 de Abril de 1984. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**Despacho**

Nos termos do artigo 21.º, n.º 2 do Regulamento do Cofre Geral de Justiça, aprovado pelo Decreto n.º 37/84, de 14 de Abril, determino o seguinte:

São designados o Notário e o Conservador da Praia para substituírem o Chefe da Repartição dos Registos Centrais e o Chefe da Repartição Técnica, Administrativa e Financeira, no Conselho Administrativo do Cofre dos Registos e Notariado.

Ministério da Justiça, 24 de Abril de 1984. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

**Direcção-Geral da Função Pública**

**Despachos do Camarada Primeiro Ministro:**

De 22 de Fevereiro de 1984:

Coloca em comissão eventual de serviço, com efeitos a partir de 15 de Fevereiro do corrente ano, o técnico de 2.ª classe do Ministério do Desenvolvimento Rural, Alexandre Ramos de Pina, nos termos da alínea c) do artigo 1.º da Portaria n.º 46/76, de 2 de Outubro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 77.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 24 de Maio de 1984).

De 17 de Abril:

Lucialina da Cruz Fortes, técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego, colocada na Delegação Regional de S. Vicente — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 14 de Abril de 1984.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 147.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

De 4 de Maio:

Maria Isabel Cardoso — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Governo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 15.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Maio de 1984).

---

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Primeiro Ministro:

De 9 de Abril de 1984:

Antónia da Conceição Pires — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente do quadro de pessoal da repartição e expediente do Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 47.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

---

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 10 de Março de 1984:

Maria da Glória Randall Ribeiro — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com colocação no Consulado de Cabo Verde em Paris.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 20.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 29 de Maio de 1984).

---

Despachos do Camarada Ministro do Interior:

De 8 de Maio de 1984:

João Baptista Dias — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de agente das Forças de Segurança e Ordem Pública.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 22.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

Francisco Montrond — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, interinamente, o cargo de agente das Forças de Segurança e Ordem Pública.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 22.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 21 de Maio de 1984).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 25 de Novembro de 1983:

Maria da Conceição Sapinho Rodrigues Pires, professora do 2.º nível — nomeada para, nos termos do n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, desempenhar as funções de professora orientadora encarregada da prática pedagógica e estágio dos alunos da Escola do Magistério Primário da Praia, com direito à gratificação a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 134/62, de 31 de Dezembro, indo ocupar a vaga resultante da anulação da nomeação de António Lopes Rodrigues.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 149.º do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Maio de 1984).

António Lopes Rodrigues, professor do 2.º nível — anulada a nomeação das funções de professor orientador encarregado da prática pedagógica e estágio dos alunos da Escola do Magistério Primário da Praia.

De 28 de Dezembro:

Maria Socorro Lopes Maia, servente de 2.ª classe do quadro auxiliar do Ministério da Educação e Cultura, em exercício na Direcção Regional de Educação — promovida, nos termos do n.º 2, artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, a servente de 1.ª classe, com efeitos a partir de 21 de Dezembro de 1982.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 29.º, artigo 201.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Maio de 1984).

---

De 30:

Maria Bernardete Lopes de Sousa Ferreira Amorim Fortes, professora do 4.º nível de 3.ª classe, contratada, do Liceu «Domingos Ramos» (Secção do Sal) — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 23.º, artigo 168.º do orçamento vigente — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 1984).

---

De 30 de Janeiro de 1984:

Lino Amâncio Gonçalves e Jorge Alberto dos Santos — contratados para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1983/84, na categoria de professores do 3.º nível, 3.ª classe da Secção do Sal do Liceu «Domingos Ramos» e Escola Preparatória do Sal, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 60/81, de 2 de Junho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 25.º, artigo 182.º do orçamento vigente.

De 22 de Fevereiro:

**Helena Maria Sapinho Gomes Monteiro** — revalidada a nomeação para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1983/84, na categoria de professora do 3.º nível, 3.ª classe da Escola Preparatória da Praia, nos termos da alínea c) do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto.

A ora nomeada fica exonerada das funções de monitora especial de 3.ª classe do mesmo estabelecimento do ensino, a partir da data de entrada em exercício das novas funções.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 64.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 25 de Maio de 1984).

**Casimiro Valcír Alves Tavares** — contratado para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1983/84, na categoria de monitor especial de 3.ª classe da Escola Preparatória da Praia, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, indo ocupar a vaga deixada por Helena Maria Sapinho Gomes Monteiro, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, conjugado com os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 60/81, de 2 de Junho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 64.º do orçamento vigente.

De 3 de Março de 1984:

**Donaciano Lima Costa**, professor de posto escolar de serviço eventual com colocação no Posto Escolar n.º 105-11 de Ponta do Sol do concelho da Ribeira Grande — exonerado a seu pedido das referidas funções.

De 21 de Abril:

**Antónia Felisberta Veiga**, contínuo, contratada, do quadro auxiliar do Ministério da Educação e Cultura, colocada no Liceu «Ludgero Lima» — concedida a 1.ª diuturnidade, nos termos do artigo 186.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de mês de Abril de 1982.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 22.º, artigo 160.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Maio de 1984).

De 27:

**Jaime Maria Gonçalves Gibau**, professor de posto escolar de serviço eventual com colocação na escola n.º 6, da vila Nova Sintra, concelho da Brava — exonerado a seu pedido a partir de 30 de Abril findo.

De 4 de Maio:

**Maria da Conceição Moniz Semedo**, professora de posto escolar, contratada, em exercício no concelho de Tarrafal — concedidos três meses de licença registada com efeitos a partir de 1 de Abril.

De 8:

**Conceição Maria Gomes Maurício** — revalidado o contrato de prestação de serviço docente no ano lectivo de 1983/84 na categoria de professora do 2.º nível, 3.ª classe com colocação na Escola n.º 2-B da Ribeira Grande.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 48.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 25 de Maio de 1984).

**Filomena Maria Figueiredo Conceição Tolentino**, professora de posto escolar de serviço eventual com colocação na Escola 2-B da vila da Ribeira Grande — exonerada a seu pedido das referidas funções.

De 17:

**Silvina Maria Silva Ferreira**, licenciada em Pedagogia — nomeada, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para exercer o cargo de professora do 4.º nível de 3.ª classe com colocação na Escola Preparatória da Ribeira Grande, ficando exonerada das funções de professora de 3.º nível, 3.ª classe, a partir de 31 de Dezembro de 1983.

A nomeada deve entrar imediatamente em exercício por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 88.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

**Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:**

De 9 de Janeiro de 1984:

**Carlos Virgolino dos Reis Borges** — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de supervisor de oficinas do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural com colocação na Repartição concelhia do Maio.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 43.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 9 de Abril de 1984).

De 6 de Fevereiro:

**José Manuel Rocha do Rosário**, sondador de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, à classe imediata, nos termos do artigo único do Decreto n.º 134/83, conjugado com os artigos 11.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 26 de Janeiro de 1984.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 72.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 23 de Maio de 1984).

De 16 de Abril:

Júlio César Borges, condutor-auto de 1.ª classe, ligeiros, do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 43.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 24 de Maio de 1984).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 31 de Março:

Antónia Júlia dos Reis Rodrigues — nomeada, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Director Regional de Assuntos Sociais de Barlavento — S. Vicente.

Maria de Fátima Neves de Oliveira Ramos — nomeada, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Director Regional de Assuntos Sociais de Sotavento.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 61.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

De 12 de Abril:

Carla Odete Caetano Monteiro de Moraes, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovida, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro a técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe, da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 19.º do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 5 de Maio de 1984).

Despacho do Camarada Primeiro Ministro, por substituição do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 7 de Maio de 1984:

Vicente do Rosário Oliveira, professor do ciclo preparatório da Ribeira Grande — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 26 de Abril de 1984, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com urgência para o exterior e para um centro especializado em urologia por estarem esgotados os recursos locais de tratamento».

«Evacuar para Portugal».

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 22 de Maio de 1984:

Marisa Lopes Tavares Fernandes de Carvalho, técnico profissional de 1.º nível, principal da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Maio de 1984, que é do seguinte teor:

«Que a examinada necessita ser evacuada com urgência para o exterior e para um centro especializado em nefrologia, por se encontrarem esgotados os recursos locais».

«Evacuar com a máxima urgência para Portugal».

Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 24 de Abril de 1984:

Maria Saturnina Ascensão da Costa, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 8 de Outubro de 1973 a 30 de Junho de 1974 ... ..	—	8	23
De 7 de Outubro de 1974 a 31 de Março de 1984 ... ..	9	5	25
<b>Total ... ..</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>18</b>

Ester Monteiro Brito, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 3 de Outubro de 1977 a 30 de Junho de 1978 ... ..	—	8	28
De 3 de Outubro de 1978 a 30 de Junho de 1983 ... ..	4	8	28
<b>Total ... ..</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>26</b>

De 8 de Maio:

Afonso da Horta Fidalgo, contínuo, contratado do quadro auxiliar do Ministério da Educação e Cultura, colocado no Liceu «Ludgero Lima», desligado de serviço, para efeitos de aposentação, por despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 17/83, de 24 de Abril — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito a pensão anual de 63 300\$, fixada nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, correspondente a 39 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5 de harmonia com o artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo, e acrescida de aumento concedido à classe inactiva pelo Decreto n.º 77/83, de 10 de Setembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 24.º, artigo 179.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

**De 14:**

Maria Luísa Silva Santos Barros, professora do Ensino Básico Elementar — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 7 de Outubro de 1969 a 18 de Julho de 1970 ... ..	—	9	12
De 7 de Outubro de 1970 a 14 de Julho de 1971 ... ..	—	9	8
De 7 de Outubro de 1971 a 15 de Julho de 1972 ... ..	—	9	9
De 1 de Novembro de 1974 a 30 de Junho de 1975 ... ..	—	8	—
De 27 de Novembro de 1975 a 31 de Julho de 1976 ... ..	—	8	—
De 3 de Novembro de 1976 a 31 de Dezembro de 1981 ... ..	5	1	29
<b>Soma ... ..</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>3</b>

**De 22:**

Antonina dos Reis Borges, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 7 de Outubro de 1970 a 30 de Junho de 1971 ... ..	—	8	24
De 7 de Outubro de 1971 a 30 de Junho de 1972 ... ..	—	8	24
De 7 de Outubro de 1972 a 30 de Junho de 1973 ... ..	—	8	24
De 8 de Outubro de 1973 a 30 de Junho de 1974 ... ..	—	8	23
De 27 de Outubro de 1974 a 30 de Junho de 1975 ... ..	—	8	4
De 27 de Novembro de 1975 a 5 de Setembro de 1976 ... ..	—	9	9
De 3 de Novembro de 1976 a 30 de Junho de 1977 ... ..	—	7	28
De 17 de Novembro de 1977 a 30 de Junho de 1978 ... ..	—	7	17
De 1 de Novembro de 1978 a 31 de Março de 1984 ... ..	5	5	1
<b>Total ... ..</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

**De 23:**

Carlos Alberto Gomes Duarte, chefe de oficina, definitivo, do quadro da Imprensa Nacional — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 12 de Setembro de 1964 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ... ..	12	11	21
<b>Ao Estado de Cabo Verde:</b>			
De 5 de Julho de 1975 a 14 de Janeiro de 1981 ... ..	5	6	10
De 1 de Julho de 1981 a 31 de Maio de 1984 ... ..	2	11	1
<b>Total ... ..</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

**De 24:**

Maria Filomena Delgado Freire de Brito, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 7 de Outubro de 1973 a 30 de Junho de 1974 ... ..	—	8	24
De 7 de Outubro de 1974 a 29 de Fevereiro de 1984 ... ..	9	4	23
<b>Total ... ..</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>17</b>

Felisberta Semedo, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 16 de Março de 1977 a 20 de Junho de 1977 ... ..	—	3	15
De 3 de Outubro de 1977 a 30 de Junho de 1978 ... ..	—	8	28
De 3 de Outubro de 1978 a 30 de Abril de 1978 ... ..	5	6	28
<b>Soma Total ... ..</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>11</b>

**De 25:**

Maria Teresa de Jesus Semedo Duarte, 1.º oficial de nomeação definitiva, da Secretaria-Geral do Ministério da

Educação e Cultura — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 5 de Setembro de 1966 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ... ..	10	7	6

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Julho de 1979 ... ..	4	—	27
----------------------------------------------------	---	---	----

De 1 de Outubro de 1979 a 30 de Abril de 1984 ... ..	4	7	—
------------------------------------------------------	---	---	---

<b>Total ... ..</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
---------------------	-----------	----------	----------

Pedro Delgado, chefe de oficina do quadro da Imprensa Nacional — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
Serviço Militar ... ..	1	4	11

De 9 de Março de 1955 a 28 de Fevereiro de 1956 ... ..	—	11	20
--------------------------------------------------------	---	----	----

De 29 de Julho de 1957 a 4 de Julho de 1975 ... ..	17	11	6
----------------------------------------------------	----	----	---

<b>20</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
-----------	----------	----------

Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	4	—	19
----------------------------------------------------------------------------	---	---	----

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Março de 1984 ... ..	8	8	27
----------------------------------------------------	---	---	----

<b>Total Geral ... ..</b>	<b>33</b>	<b>—</b>	<b>23</b>
---------------------------	-----------	----------	-----------

Valentim Vaz Fernandes, contínuo, contratado, do Liceu «Ludgero Lima» — conta, para efeitos de diuturnidade, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 10 de Janeiro de 1973 a 30 de Abril de 1983 ... ..	10	3	21

Despachos do Camarada Secretário-Geral, por delegação do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 3 de Abril de 1984:

Claudina Henriqueta Valadares Dupret, professora do 4.º nível do Liceu «Ludgero Lima» — concedida a mudança de escalão, correspondente a 4.º nível, de 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, ficando com o vencimento corres-

pondente a letra «D», com efeitos a partir de 27 de Março de 1984. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

De 7:

Adriano Brito Monteiro, professor do 4.º nível, de 3.ª classe, contratado, do Liceu «Ludgero Lima», em comissão de serviço, como director do mesmo Estabelecimento — concedida a mudança de escalão, correspondente ao 4.º nível de 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Março de 1984.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 22.º, artigo 160.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 25 de Maio de 1984).

Maria Alda Borges Carvalho Silva, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão correspondente à 1.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «Q», com efeitos a partir de 2 de Abril de 1984.

De 16:

Saturnina Tavares Costa Cardoso, professora de posto escolar, contratada — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe do 2.º nível, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «R», com efeito a partir de 9 de Fevereiro de 1984.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 48.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 17 de Maio de 1984).

De 25:

Ester de Melo Sequeira, técnico superior de 2.ª classe, de nomeação definitiva, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura — promovida, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro à classe imediata, com efeitos a partir de 23 de Abril de 1984.

Maria de Fátima Tavares Pais Varela Monteiro, técnico superior de 2.ª classe, de nomeação provisória, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura — promovida, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-

-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 26 de Maio de 1984.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 26 de Maio de 1984).

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 14 de Maio de 1984:

Olinda Maria da Cruz, servente da Direcção Regional de Saúde de Barlavento — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Maio de 1984, que é do seguinte teor:

«Que lhe sejam justificadas as faltas dadas desde 22-3-84 até presente data e concedidos mais 30 (trinta) dias para tratamento».

Extracto de apostila ao contrato com António Cruz de Miranda, publicado no *Boletim Oficial* n.º 44, de 30 de Outubro de 1982:

De 13 de Dezembro de 1983:

É rectificado de 13 300\$ (treze mil e trezentos escudos) para 15 650\$ (quinze mil seiscentos e cinquenta escudos), o valor da remuneração que o Governo de Cabo Verde atribui ao cooperante António Cruz de Miranda para prestação de serviço no Ministério do Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 1983.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 31.º do orçamento vigente.

**Alteração do contrato de cooperação entre COSV —** Comité de Coordenação das Organizações para o Serviço Voluntário e a Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento, assinado em 19 de Novembro de 1982:

Anna Riga, doutora em Arquitectura — contratada ao abrigo do Acordo da Cooperação, para exercer as funções da sua especialidade, no gabinete técnico da Direcção-Geral da Administração Interna, na vila de Assomada, com alojamento mobilado e na falta deste um subsídio de renda no valor de 5 000\$ (cinco mil escudos) caboverdeanos.

Esta alteração produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1983. (Isento de Visto nos termos do artigo 3.º alínea d) do Decreto n.º 52/79, de 9 de Junho).

## COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que foram visadas pelo Tribunal de Contas nas datas que se indicam, as nomeações dos seguintes docentes, publicadas nos *Boletins Oficiais* adiante designados:

Em 8 de Maio de 1984:

Alberto Francisca da Cruz — *Boletim Oficial* n.º 1/84.  
Alcinda Silva Ramos — *Boletim Oficial* n.º 1/84.  
Fátima Maria Évora Andrade — *Boletim Oficial* n.º 1/84  
(Rectificado no *Boletim Oficial* n.º 19/84).

Maria Assunção Pio — *Boletim Oficial* n.º 1/84.

Em 10 de Maio de 1984:

Pedro Fernandes Mendes — *Boletim Oficial* n.º 12/84.

Em 23 de Maio de 1984:

Geny Monteiro Gonçalves — *Boletim Oficial* n.º 51/83.

Em 25 de Maio de 1984:

Óscar Abel Araújo Ferro — *Boletim Oficial* n.º 46/83.

Em 26 de Maio de 1984:

Celecina Maria Chantre Lima — *Boletim Oficial* n.º 48/83.

Francisco de Assis da Cruz Araújo — Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 14/84.

Isabel Delgado Freitas — *Boletim Oficial* n.º 1/84.

## RECTIFICAÇÕES

Ao despacho do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Primeiro Ministro de 24 de Abril de 1984, publicado no *Boletim Oficial* n.º 17/84, à páginas 18:

Onde se lê:

Manuel Torres Santos.

Deve ler-se:

Rui Manuel Torres Santos.

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 15/84, o despacho do Camarada Ministro da Justiça de 2 de Abril de 1984, respeitante ao Procurador Sub-Regional de 3.ª classe, provisório, Salvador Landin de Barros, novamente se publica na parte que interessa, o seguinte:

Onde se lê: Colocado na Procuradoria Regional de Santa Catarina.

Deve ler-se: Colocado na Procuradoria Regional de 2.ª classe de Santa Catarina como Adjunto do Procurador Regional.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 29 de Maio de 1984. — O Director-Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção-Geral da Administração Interna

DECLARAÇÃO

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Decreto n.º 47/80, de 2 de Julho, com a nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 17/84, de 18 de Fevereiro, se declara que, por despacho do Camarada Ministro do Interior, de 18 de Maio do corrente ano, foi aprovada a deliberação tomada pelo Conselho Deliberativo de Santa Catarina na sua reunião ordinária de 3 do mesmo mês e ano, que abre um crédito especial de 727 175\$40, representativo de excesso da cobrança sobre a previsão do orçamento do ano de 1983, para reforço das seguintes verbas do orçamento do Município de Santa Catarina em execução no corrente ano:

Capítulos	Artigos	Números	Designação das despesas	Reforços	Contrapartidas
1.º			DESPESAS ORDINÁRIAS		
			Serviços gerais		
			Despesas correntes		
		9.º	Bens não duradouros:		
		2	Alimentação, roupas e calçados ... ..	15 075\$40	
			Despesas de capital		
		15.º	Investimentos:		
		1	Material de transportes.	66 000\$00	
		3	Construções diversas:		
			a) Remodelação do mercado da vila de Assomada ... ..	150 000\$00	
		c) Construção de uma esplanada em Ribeira da Barca ...	50 000\$00		
		i) Construção de um centro sócio-administrativo em Rincão ... ..	200 000\$00		
		l) Urbanização e saneamento da vila de Assomada ... ..	120 000\$00		
4.º			Serviços de Urbanização e Obras		
			Despesas correntes		
	27.º		Horas extraordinárias	30 000\$00	
5.º			Despesas comuns		
	34.º		Encargos de anos económicos findos ... ..	96 100\$00	
			II — Receitas ordinárias		
8.º			Outras receitas correntes		
	44.º		Saldos orçamentais ... ..		727 175\$40
			Somas ... ..	727 175\$40	727 175\$40

Direcção-Geral da Administração Interna, 18 de Maio de 1984. — Pelo Director-Geral, Orlando Duarte.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente Maria Gomes, solteira, doméstica, filha de Maria Livramento Gomes, natural da freguesia de S. Lourenço, concelho do Fogo, residente em S. Filipe, correm éditos de 30 dias a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido, que consiste na seguinte modificação de nome:

Maria Gomes para Maria da Luz Gomes, nome pelo qual é conhecida e tratada por todos desde o seu nascimento.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 24 de Abril de 1984. — O Director-Geral, Jorge de Oliveira Lima.

(100)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente António Joana Aleixo Martins, solteiro, estudante, filho de Manuel Nobre Martins e de Joana Maria Aleixo, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho de Paúl, residente em Pedra das Moças, correm éditos de 30 dias a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido, que consiste na seguinte modificação de nome:

António Joana Aleixo Martins para António Aleixo Martins, nome pelo qual é conhecido e tratado por todos desde o seu nascimento.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 25 de Abril de 1984. — O Director-Geral, Jorge de Oliveira Lima.

(101)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente Tadeu Lopes, solteiro, trabalhador, filho de Gertrudes Lopes, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho do Fogo, residente em Tinteira, correm éditos de 30 dias a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido, que consiste na seguinte modificação de nome:

Tadeu Lopes para Tadeu Lopes Cruz, nome pelo qual é conhecido e tratado por todos desde o seu nascimento.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 24 de Abril de 1984. — O Director-Geral, Jorge de Oliveira Lima.

(102)